



Educomunicação, Educação Integral e Políticas Públicas



Maria Cristina Palma Mungioli

1. INTRODUÇÃO

O tema da Educação Integral e Políticas Públicas centralizou a atenção dos participantes do **VI Encontro de Educomunicação** e do **III EducomSul** durante a mesa Educomunicação, Educação Integral e Políticas Públicas no último dia do evento.

Tendo a Educomunicação como eixo articulador não apenas das discussões, mas principalmente de experiências concretas de políticas públicas em prol da educação de qualidade, os expositores da mesa demonstraram a importância do pensamento e do fazer educacional no cenário educacional brasileiro frente aos desafios que se colocam diariamente ao gestor e ao educador nos sistemas formais e informais de educação em nosso País. Com a intenção de proporcionar um painel significativo de tais experiências, a mesa contou com a participação de educadores engajados em seus respectivos espaços de atuação: gestão, pesquisa, docência e educação em ambientes não formais.

Participaram da mesa a Profa. Dra. Jacqueline Moll – Universidade Federal do Rio Grande do Sul –, a Profa. Dra. Lúcia Helena Alvarez Leite – Universidade Federal de Minas Gerais –, a Profa. Leila Maria Schaan – Diretora do Departamento Pedagógico da Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul – e a jornalista Juliana Cristina Cordeiro da rede RENAJO do Paraná. A mediação do debate coube à Profa. Dra. Rosane Rosa, da Universidade Federal de Santa Maria.

2. EDUCAÇÃO INTEGRAL: O LONGO PERCURSO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA

Apesar de não termos como objetivo aprofundar a discussão sobre a construção histórica da Educação Integral no Brasil, julgamos conveniente uma breve contextualização do tema para prosseguirmos nossa explanação em torno da Educomunicação face à Educação Integral e às políticas públicas.

Embora o debate e a necessidade de criação de políticas públicas que efetivamente colocassem em prática a Educação Integral na escola pública datem em nosso País do início do século XX e sejam defendidos com veemência

no **Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova** (difundido em 1932)¹, a adoção de políticas públicas no século passado voltadas para esse fim ocorreram de maneira isolada o que, de certa forma, denota a forte resistência de setores da sociedade a uma escola pública de qualidade que atenda a toda população (NUNES; TEIXEIRA, 2010).

O cenário inóspito, no entanto, não impediu que dois educadores se sobressaíssem como os principais promotores e gestores de políticas públicas de educação integral ao longo do século XX no Brasil: Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro. O primeiro com duas experiências inovadoras. A primeira delas realizada em Salvador, em 1950, e a segunda em Brasília, em 1960 (MEC, 2009, p. 15-16), com as Escolas Classe/Escolas-Parque² que marcaram a educação brasileira demonstrando possibilidades e benefícios da educação integral como política pública educacional. Já Darcy Ribeiro promoveu nas décadas de 1980 e 1990³, no Rio de Janeiro, a implantação dos Centros Integrados de Educação Pública – os CIEPs – que chegou a contar com “aproximadamente quinhentos prédios escolares (...), cuja estrutura permitia abrigar o que se denominava como “Escola Integral em horário integral.” (MEC, 2009, p. 16). Para Moll (2012, p. 129), os projetos de ambos refletiam “os sonhos de uma sociedade efetivamente democrática que repartisse, entre todos os seus cidadãos e cidadãs, conhecimentos e vivências educativas que lhes servissem de suporte para uma inserção plena na vida em sociedade”.

Em ambos os projetos, não se tratava apenas de aumentar a duração da jornada escolar, mas sim de pensar a escola a partir de uma visão ampla do ser humano, do conhecimento e da educação como política pública. O conhecimento e os objetivos da educação eram vistos para além da simples divisão das disciplinas e matérias escolares. Moll (2012, p. 130) afirma que a proposta da escola de

1 Destacamos entre seus signatários Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Cecília Meireles. A íntegra do Manifesto está disponível em http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1_22e.pdf. Acesso em 15/03/2016.

2 Tais escolas organizavam-se da seguinte maneira em dois turnos: “encontramos as atividades, historicamente entendidas como escolares, sendo trabalhadas nas Escolas-Classe, bem como outra série de atividades acontecendo no contraturno escolar, no espaço que o educador denominou de Escola-Parque” (MEC, 2009, p. 15).

3 A implantação dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPS), que tiveram projeto arquitetônico de Oscar Niemayer, ocorreu ao longo dos dois mandatos de Leonel Brizola como governador do Rio de Janeiro. O primeiro de 1983 a 1987 e o segundo de 1991 a 1994.

tempo integral deve ser vista como um “espaço entretecido pela reorganização do trabalho pedagógico e pela aproximação com a comunidade próxima para assegurar acesso, permanência e a aprendizagem (...)”.

Embora tenham ocorrido outras experiências visando à implantação de escolas de educação integral, as duas experiências acima mencionadas continuam sendo as mais representativas em termos de políticas públicas no Brasil do século XX. No entanto, cabe destacar que, mesmo ao final de tais experiências, a demanda pela implantação de sistemas públicos de educação integral continuou na pauta de discussões e ganhou espaço na **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** de 1996 que, conforme destaca Moll (2012, p. 131), trata “especificamente em relação à escola de tempo integral, [em] seus artigos 34 e 87, encaminham o debate, prevendo a ampliação gradativa da jornada escolar e a conjugação de esforços dos entes da federação para esse fim”.

Moll (2012, p. 131) enfatiza ainda que

É somente na primeira década dos anos 2000 que se desencadeia um processo que busca integrar os níveis da educação básica (infantil, fundamental e médio) como componentes imbricados entre si, de um mesmo percurso formativo, ao mesmo tempo em que são propostos caminhos para a ampliação do número de horas da jornada escolar diária.

Assim, no bojo do PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação – (2007), o **Programa Mais Educação** é lançado pelo Ministro da Educação, Fernando Haddad. A política pública de abrangência nacional é definida como “estratégia do governo federal para a promoção da educação integral no Brasil contemporâneo” a partir da “perspectiva de ampliar tempos, espaços, atores envolvidos no processo e oportunidades educativos em benefício da melhoria da qualidade da educação dos milhares de alunos brasileiros” (MEC, s/d, p. 5). Estratégia que se propõe a atender “prioritariamente, escolas de baixo IDEB, situadas em capitais, regiões metropolitanas e grandes cidades em territórios marcados por situações de vulnerabilidade social que requerem a convergência prioritária de políticas públicas e educacional” (MEC, s/d, p. 6). Saviani (2007, p. 1235) classifica o **Programa Mais Educação** como uma proposta de ação “de apoio ao desenvolvimento da educação básica” (SAVIANI, 2007, p. 1234) que “se propõe a ampliar o tempo de permanência dos alunos nas escolas, o que

implica também a ampliação do espaço escolar para a realização de atividades educativas, artísticas, culturais, esportivas e de lazer, contando com o apoio dos ministérios da Educação, Cultura, Esporte e Desenvolvimento Social” (SAVIANI, 2007, p. 1235).

3. EDUCOMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO TEMPO INTEGRAL: ALGUNS PONTOS PARA REFLEXÃO

A organização das atividades da escola em torno de macrocampos interdisciplinares⁴ é uma das características do **Programa Mais Educação**. Essa estruturação permite definir macrocampos de acordo com a localização e as demandas da escola (urbana ou campo). Incluída entre os macrocampos de 2008 e 2009, a Educomunicação mostra-se como uma proposta concreta de política pública em consonância com os princípios da educação pública de qualidade. Soares (2012, p. 115) define a Educomunicação como

O conjunto de ações inerentes ao planejamento, implementação e avaliação de processos, programas e produtos destinados a criar e fortalecer ecossistemas comunicativos em espaços educativos presenciais ou virtuais, assim como a melhorar o coeficiente comunicativo das ações educativas, incluindo as relacionadas ao uso de recursos da informação no processo de aprendizagem. (SOARES, 2003, p. 1)

Desde 2010 o macrocampo passou a se chamar Comunicação e Uso das Mídias, sem que isso, no entanto, se configurasse como uma mudança em termos de ação pedagógica, pois, de acordo com Moll, em entrevista concedida a Prospero (2013), a mudança de nomenclatura não significou “mudança de proposta e conceitos” (PROSPERO, 2013, p. 19). Para a Educomunicação, o macrocampo

4 Em 2014, no documento Manual Operacional de Educação Integral (p. 8), a Diretoria de Currículos e Educação Integral da Secretaria de Educação Básica do MEC propôs a seguinte organização dos macrocampos para as escolas urbanas ingressantes no programa: Acompanhamento Pedagógico (obrigatório); Educação Ambiental, Desenvolvimento Sustentável e Economia Criativa; Esporte e Lazer; Cultura, Artes e Educação Patrimonial e Comunicação, Uso de Mídias e Cultura Digital, propondo que as atividades “devem ser trabalhadas, preferencialmente, de forma interdisciplinar e considerando o contexto social dos sujeitos. É importante, fomentar práticas educativas que promovam aos estudantes a compreensão do mundo em que vivem, de si mesmo, do outro, do meio ambiente, da vida em sociedade, das artes, das diversas culturas, das tecnologias e de outras temáticas. A distribuição das atividades dos macrocampos se interligam com as quatro áreas de conhecimento constantes no currículo da base nacional comum – Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas. Desta forma, na ampliação do tempo escolar na perspectiva da Educação Integral busca-se expandir o horizonte formativo do estudante e estimular o desenvolvimento cognitivo, estético, ético e histórico” (MEC 2014, p. 8).

Comunicação e Uso das Mídias constitui-se como espaço significativo para adoção dos princípios e práticas educacionais em um grande número de escolas da educação formal em nível nacional. Próspero (2013, p. 22) afirma que um levantamento realizado por ela em 2011 já indicava que 4.200 escolas haviam optado pelas atividades desse macrocampo, fato esse que, a nosso ver, ao mesmo tempo desvela não apenas a importância que os gestores e professores atribuem à interface comunicação e educação em termos de formação dos alunos do Ensino Básico, mas também a compreensão da necessidade de se trabalhar essa interface a partir dos conceitos que sustentam a Educomunicação.

Foi justamente sobre o ponto de inflexão da necessidade de se trabalhar a interface comunicação e educação com base nos fundamentos e práticas educacionais com o objetivo de formar não apenas estudantes, mas, principalmente, cidadãos e cidadãs que pautou as apresentações da mesa Educomunicação, Educação Integral e Políticas Públicas que comentamos mais detalhadamente a seguir.

4. EDUCOMUNICAÇÃO, EDUCAÇÃO INTEGRAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

Abordamos a seguir mais especificamente as apresentações que constituíram a mesa **Educomunicação, Educação Integral e Políticas Públicas** que foi coordenada pela Profa. Rosane Rosa que deu início aos trabalhos enfatizando a importância do tema da Educação integral no bojo dos debates do VI Encontro de Educomunicação e do III EducomSul. A professora destacou a complexidade do tema e a proposta da mesa de abordar as perspectivas epistemológicas que estão norteando a política pública de Educação Integral no País. Chamou atenção para o fato de que a educação, de acordo com Pedro Demo, deve ser emancipatória e participativa e que a Educomunicação trabalha com esses princípios e dialoga diretamente com o jovem, com seu cotidiano, com sua cultura, transformando a cultura particular da escola e dos alunos para inseri-los em culturas plurais. Nessa perspectiva, a participação transforma a escola em um ambiente democrático, possibilitando a criação e difusão do conhecimento sob o olhar inter e transdisciplinar.

Em seguida, a Profa. Dra. Jaqueline Moll ao iniciar sua apresentação, destacou a emoção que havia sentido no dia anterior ao ser agraciada com o prêmio Mariazinha Fusari que lhe foi concedido pela ABPEducom. Indo mais incisivamente ao tema de sua apresentação, intitulada **Educação Integral como perspectiva para a reforma político-pedagógica do projeto de educação no Brasil**, a professora mostrou um panorama histórico do tema no MEC a partir de sua participação iniciada em 2007, sob a gestão do Ministro Fernando Haddad. A professora enfatizou que sua perspectiva delineou-se, desde o princípio, com base no entendimento da Educação Integral não como algo complementar, mas como algo integrado a todo um projeto de educação voltado à formação integral do aluno. Ressaltou que suas fontes para pensar a Educação Integral foram principalmente Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro e Paulo Freire. É este último que fornece o principal exemplo dado pela professora sobre a política de Educação Integral sob a perspectiva do **Programa Mais Educação** implantado pelo MEC durante o período em que trabalhou no ministério. Trata-se do **Projeto Trajetórias Criativas**, realizado no bojo do **Projeto de Alfabetização Audiovisual no Programa Mais Educação**. O princípio norteador do projeto foi criar condições para que as crianças e jovens pudessem “narrar-se, historicizar-se, existenciar-se” e, dessa forma, adquirir instrumentos para agir na esfera pública e transformá-la de maneira democrática e participativa. Citando Paulo Freire, a professora afirmou que a Educação Integral pode proporcionar “inéditos viáveis” fazendo frente aos mecanismos de seletividade e exclusão que continuam presentes e fortes na educação brasileira. A professora destacou ainda que é preciso reorganizar o tempo, o currículo conforme prevê a Lei Federal 13.005 e que a Educomunicação pode ajudar nisso. E finalizou sua apresentação lembrando que a educação não é o ponto de chegada, mas sim o de partida.

A Profa. Leila Maria Schaan, destacou, em sua apresentação, alguns dos pressupostos do educador francês Célestin Freinet como fonte de inspiração e de ação para os educadores da rede estadual gaúcha. Ela enfatizou a importância e a adoção da Educomunicação como plano de ação pedagógica de formação e de ensino-aprendizagem na rede estadual para o período de 2015-2018. Informou que a adesão das escolas a essa política educacional está sendo realizada a partir da solicitação de diretores e professores. Dois destaques de sua fala

foram a compreensão de que a Educomunicação não é apenas equipamento ou tecnologia. Em seguida, fez a descrição das ações da Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul para a formação continuada de professores sob a perspectiva da Educomunicação. Sublinhou ainda a criação e o uso das rádios escolares destacando sua importância no processo ensino-aprendizagem de modo a criar um projeto político pedagógico integrado pensado a partir da escola de tempo integral e não de turno integral.

A apresentação da Profa. Lúcia Helena Leite teve como título **A Dimensão do Cuidado da Educomunicação**. Como ponto de partida, destacou o pensamento de Paulo Freire sobre comunicação de que “o mundo humano é um mundo de comunicação”. Em seguida, organizou sua exposição a partir de quatro ideias centrais: a escola como mundo à parte; a educação como um direito, como conquista dos movimentos sociais; a cidade educadora a partir da constituição de territórios educativos; a educação integral e integrada como um encontro da escola com a comunidade. Enfatizou que muitas vezes a escola de tempo integral é apresentada como um lugar para colocar em segurança o jovem e a criança, com finalidade de protegê-los da violência. Mas seria somente isso?

Leite defendeu ações pedagógicas que possam integrar a escola e os alunos à comunidade e à cidade, rompendo a cultura do isolamento da escola aos muros que a cercam, que a isolam do contexto social e cultural de seu entorno. A professora trouxe exemplos de projetos realizados em Belo Horizonte que buscam romper com o isolamento da escola e criar territórios de aprendizagem no bairro, na cidade, proporcionando uma (re)apropriação do espaço urbano pelos escolares.

Pensando a Educomunicação a partir de sua experiência pessoal e de sua ação educativa em espaços não formais de educação, a jornalista Juliana Cristina Cordeiro estruturou sua apresentação em torno do papel da Educomunicação na sua trajetória de vida. Destacou que a Educomunicação transformou sua vida a partir de seu primeiro contato com ela, aos quinze anos de idade, por meio da participação em um projeto educ comunicativo realizado pela organização Viração. Em tom autobiográfico, relatou o papel dos processos educ comunicativos implicados nessa transformação. Cordeiro convidou educ comunicadores da Viração para subir ao

palco, enfatizando o papel da ação educomunicativa deles para a transformação social e cultural das pessoas e, conseqüentemente, da sociedade.

Cabe destacar que a riqueza das reflexões, dos relatos de experiências e debates que tiveram lugar ao longo da realização da mesa **Educomunicação, Educação Integral e Políticas Públicas** mostraram de maneira inequívoca como os princípios e práticas da Educomunicação constituem um espaço privilegiado para a transformação da educação. Tal transformação ocorre não apenas em função de um marco regulatório e legal do Ministério da Educação, mas principalmente pela ação e intencionalidade de educadores comprometidos com a formação de cidadãos e cidadãs.

5. REFERÊNCIAS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Educação integral**: texto referência para o debate nacional. Brasília: Mec, Secad, 2009. 52 p. : il. – (Série Mais Educação). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cadfinal_educ_integral.pdf. Acesso em 20/03/2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Manual Operacional de Educação Integral**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15842-manual-operacional-de-educacao-integral-2014&category_slug=junho-2014-pdf&Itemid=30192. Acesso em 20/03/2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa Mais Educação: passo a passo**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília, s/d. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/passoapasso_maiseducacao.pdf. Acesso em 20/03/2016.

MOLL, Jaqueline. A agenda da educação integral: compromissos para sua consolidação como política pública. In: MOLL, Jaqueline et al. **Caminhos da educação integral no Brasil**: direitos a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2013.

NUNES, Clarice; TEIXEIRA, Anísio. **Anísio Teixeira**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. (Coleção Educadores): Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4689.pdf>. Acesso em 15/03/2016

PROSPERO, Danielle. **Educomunicação e políticas públicas: os desafios e as contribuições para o Programa Mais Educação**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-30012014-105832/pt-br.php>. Acesso em 15/03/2016.

SAVIANI, Dermeval. **O plano de desenvolvimento da educação: análise do projeto do MEC**. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 – Especial, p. 1231-1255, out. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2728100.pdf>. Acesso em 10/03/2016.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Alfabetização e Educomunicação. O papel dos meios de comunicação e informação na educação de jovens e adultos ao longo da vida**. São Paulo: 2003. Disponível em: <http://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/89.pdf>. Acesso em 10/03/2016.

•• AUTORIA ••

Maria Cristina Palma Munglioli – Professora Doutora da Licenciatura em Educomunicação e do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo. E-mail: crismunglioli@usp.br.